

**QUANDO O CORPO DEIXA
DE SER METÁFORA:
CORPOREIDADE,
VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA
EM FORAM AS DORES QUE
O MATARAM, DE DINA
SALÚSTIO**

**WHEN THE BODY CEASES TO BE METAPHOR: BODYHOOD, VIOLENCE,
AND RESISTANCE IN DINA SALÚSTIO'S FORAM AS DORES QUE O
MATARAM**

Linguística & Letras e Artes • 13/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786501915](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786501915)

Juliana Freitas Budin Ferreira¹

Warley José Campos Rocha²

Kelly Sousa Silva³

RESUMO

Este artigo analisa a representação da violência de gênero e as fissuras na enunciação feminina no conto "Foram as dores que o mataram" (1994), da autora cabo-verdiana Dina Salústio. O estudo analisa como a narrativa cria o silenciamento da protagonista no ambiente doméstico e transfere a denúncia da oralidade para a materialidade do corpo. Metodologicamente, utiliza-se a abordagem da Ginocrítica de Elaine Showalter, particularmente os termos "discurso de duas vozes" e "zona selvagem", para analisar a estrutura subjacente do trauma que tensiona e desestabiliza o instrumental linguístico convencional. O arcabouço teórico articula-se ainda com o feminismo pós-colonial de Gayatri Spivak (2010), Chandra Mohanty e Deepika Bahri (2013), a fim de problematizar as dimensões epistêmica, discursiva, institucional e material da violência. Integra-se, por fim, o conceito de corpocartografia, de Raimundo Exedito dos Santos Sousa (2023), para contrastar o corpo historicamente inscrito em Salústio (1994) com as alegorias coloniais de dominação. A partir do diálogo com a filosofia do testemunho de Márcio Seligmann-Silva, que localiza o nascimento do relato na cisão entre o vivido e o verbal, propõe-se a categoria analítica corpo-testemunho. Conclui-se que a obra de Salústio (1994) opera uma decisiva fissura estética e política nas instâncias oficiais de fala: quando a palavra da mulher subalternizada é despida de inteligibilidade, são os índices gráficos e viscerais inscritos na carne que assumem a agência narrativa e erguem-se como testemunho incontestável de resistência e insubmissão.

Palavras-chave: Literatura cabo-verdiana; Dina Salústio; Ginocrítica; feminismo pós-colonial; corpo-testemunho.

ABSTRACT

This article analyzes the representation of gender violence and the

fissures in female enunciation in the short story "Foram as dores que o mataram" (1994), by Cape Verdean author Dina Salústio. The study examines how the narrative constructs the protagonist's silencing within the domestic environment and transfers the denunciation from oral discourse to the materiality of the body. Methodologically, it employs Elaine Showalter's Gynocritics, particularly the concepts of "double-voiced discourse" and the "wild zone," to analyze the underlying structure of trauma that tensions and destabilizes conventional linguistic tools. The theoretical framework further articulates postcolonial feminism through Gayatri Spivak (2010), Chandra Mohanty, and Deepika Bahri (2013) to problematize the epistemic, discursive, institutional, and material dimensions of violence. Finally, it incorporates Raimundo Expedito dos Santos Sousa's (2023) concept of *corpocartografia* to contrast the historically inscribed body in Salústio (1994) with colonial allegories of domination. Drawing on Márcio Seligmann-Silva's philosophy of testimony—which locates the birth of narrative in the rift between the lived experience and the verbal statement—this paper proposes the analytical category of *body-testimony* (*corpo-testemunho*). It concludes that Salústio's (1994) work operates a decisive aesthetic and political fissure in official spaces of speech: when the subalternized woman's voice is stripped of intelligibility, it is the graphic and visceral marks inscribed upon the flesh that assume narrative agency, standing as an undeniable testimony of resistance and insubordination.

Keywords: Cape Verdean literature; Dina Salústio; Gynocritics; postcolonial feminism; body-testimony.

1. INTRODUÇÃO

A literatura de autoria feminina produzida em Cabo Verde ocupa um lugar de destaque no conjunto das literaturas africanas de língua portuguesa por transformar experiências historicamente silenciadas em matéria estética e política. Ao problematizar as relações entre gênero, colonialidade e poder, escritoras cabo-verdianas deslocam para o centro da narrativa sujeitos tradicionalmente relegados às margens do discurso oficial, conferindo visibilidade às múltiplas formas de violência inscritas no cotidiano. Nesse contexto, a obra de Dina Salústio (1994) destaca-se pela elaboração de uma escrita que articula memória, corporeidade e resistência, convertendo a experiência feminina em espaço privilegiado de crítica às estruturas patriarcais e coloniais. Conforme assevera a crítica de Simone Caputo Gomes (2013), a ficção curta de Salústio (1994) desenha um retrato profundamente agudo da sociedade contemporânea, operando uma decisiva "fissura no cânone cabo-verdiano" (Galassi; Gomes, 2025, p. 120), sistema este historicamente marcado pela persistência e pela insistência de uma perspectiva androcêntrica e patriarcal.

Publicado originalmente em 1994, na coletânea *Mornas eram as noites*, o conto "Foram as dores que o mataram" constitui o objeto de investigação deste artigo. A narrativa apresenta uma mulher submetida a sucessivas agressões físicas e psicológicas no ambiente doméstico, cuja experiência é construída por meio de um fluxo de consciência fragmentado, marcado pela culpa, pela repetição e pela dor. Longe de se reduzir a um mero registro documental, a atmosfera sintética do conto alia a poética da brevidade a uma linguagem incisiva e concentrada para implodir estereótipos, funcionando, nas palavras de Gomes (2013, p. 60), como um verdadeiro "cataclismo" na ficção curta cabo-verdiana. Entretanto, o aspecto mais singular do texto não reside apenas na representação

da violência de gênero, mas na forma como a narrativa desloca a denúncia do campo da fala para o da corporeidade. Embora a protagonista raramente verbalize a violência sofrida, seu corpo registra, preserva e comunica aquilo que as palavras já não conseguem expressar.

É precisamente esse deslocamento que fundamenta a presente investigação. Não raro, observa-se determinado interesse de estudiosos pela investigação da violência de gênero que privilegia a denúncia verbal, dos mecanismos institucionais de proteção ou das dimensões sociológicas da opressão. Embora essas abordagens sejam indispensáveis, elas nem sempre oferecem instrumentos suficientes para compreender narrativas em que o trauma se manifesta por outras formas de expressão. No conto de Dina Salústio (1994), a experiência da violência não é comunicada prioritariamente por declarações explícitas da personagem, mas pela inscrição do sofrimento em sua corporeidade. Assim, mais do que representar um corpo violentado, a narrativa transforma o corpo em instância de enunciação.

É nesse horizonte que se insere a presente investigação, orientada pela seguinte questão: de que maneira a narrativa *Foram as dores que o mataram* (Salústio, 1994, p. 17-18) elabora literariamente a experiência da violência quando a palavra já não basta para enunciá-la? Parte-se da compreensão de que, ao restringir progressivamente os espaços de fala da protagonista, Dina Salústio (1994) desloca a experiência da violência para a dimensão da corporeidade, fazendo do corpo um elemento central da construção narrativa. Ao acompanhar esse movimento, a leitura desenvolvida neste artigo busca evidenciar que as marcas inscritas no corpo extrapolam a representação do sofrimento físico e assumem funções que vão

além da materialidade da violência. A partir dessa constatação, a análise conduz à formulação de uma categoria analítica construída em diálogo com o conto de Salústio (1994) e com a crítica literária feminista e o feminismo pós-colonial, cuja pertinência será discutida ao longo da interpretação.

Sob essa perspectiva, este artigo analisa os procedimentos narrativos por meio dos quais o conto constrói o silenciamento da protagonista e, ao mesmo tempo, desloca a experiência da violência para a materialidade do corpo. A leitura concentra-se em recursos como o fluxo de consciência, a repetição e a construção das imagens corporais, procurando compreender de que maneira esses elementos transformam a corporeidade em espaço de memória, testemunho e resistência.

A análise apoia-se em quatro referenciais que dialogam entre si e respondem a diferentes aspectos do problema investigado. Inicialmente, as reflexões de Raimundo Expedito dos Santos Sousa (2023) oferecem o horizonte histórico da pesquisa. Por meio do conceito de *corpocartografia*, o autor demonstra como o imaginário colonial construiu uma associação entre a anatomia feminina e os territórios submetidos à conquista, convertendo o corpo da mulher em alegoria do domínio imperial. Essa discussão constitui o ponto de partida para compreender o deslocamento realizado por Dina Salústio (1994), cuja narrativa devolve ao corpo sua dimensão histórica e concreta.

Em seguida, a Ginocrítica de Elaine Showalter (1994) orienta a leitura da construção narrativa do conto. Seus conceitos de *discurso de duas vozes*, *palimpsesto* e *zona selvagem* permitem observar como a escrita de autoria feminina faz emergir experiências que

permanecem à margem das formas tradicionais de representação, revelando tensões que atravessam a vida doméstica e a subjetividade da protagonista.

As reflexões do feminismo pós-colonial, especialmente as de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) e a de Chandra Talpade Mohanty, retomada por Deepika Bahri (2013), ampliam essa discussão ao mostrar que o silenciamento da personagem não decorre de uma incapacidade individual de falar, mas das relações de poder que condicionam quem pode ser ouvido e quais experiências são reconhecidas como legítimas. Essa perspectiva impede que a protagonista seja tomada como uma figura universal da mulher pós-colonial e preserva a especificidade histórica da realidade cabo-verdiana construída por Dina Salústio (1994).

Por fim, a teoria do testemunho desenvolvida por Márcio Seligmann-Silva (2003) contribui para compreender a relação entre trauma, memória e linguagem. Suas reflexões permitem interpretar o momento em que a palavra se mostra insuficiente para narrar a experiência traumática e o corpo passa a assumir a função de testemunhar aquilo que já não encontra expressão plena no discurso verbal. É da articulação entre esses referenciais que emerge a categoria analítica *corpo-testemunho*, proposta neste artigo como instrumento de leitura da narrativa de Dina Salústio (1994) e como possibilidade de reflexão sobre outras obras de autoria feminina produzidas em contextos marcados pela violência e pela colonialidade.

2. DO CORPO ALEGÓRICO AO CORPO HISTÓRICO

Em *Foram as dores que o mataram*, Dina Salústio (1994) desloca o corpo feminino de um lugar tradicionalmente ocupado pelas representações para o centro da experiência vivida. Distante das imagens alegóricas que marcaram o imaginário colonial, o corpo da protagonista apresenta-se como espaço em que a violência deixa inscrições permanentes. Compreender esse deslocamento exige retornar às matrizes discursivas que, durante a expansão colonial, converteram a corporeidade feminina em um dos principais suportes simbólicos da dominação imperial.

Como observa Raimundo Expedito dos Santos Sousa (2023), a colonização não se consolidou apenas pela ocupação territorial ou pela exploração econômica, mas também pela produção de um imaginário capaz de naturalizar relações de poder. Segundo o autor, o primeiro campo de articulação do poder é o gênero (Sousa, 2023, p. 33). A diferença sexual torna-se, assim, um princípio organizador da própria lógica imperial, permitindo que a superioridade política da metrópole seja representada como consequência natural da masculinidade, enquanto a colônia passa a ocupar o lugar simbólico da feminilidade, da dependência e da submissão.

É nesse contexto que Sousa formula o conceito de *corpocartografia*, entendido como a associação entre corpo e território na construção do imaginário colonial. Conforme afirma o autor,

Se o mapa é uma tecnologia de representação imperialista que leva a termo a megalomania de ter o mundo nas mãos, seu delineamento como corpo feminino expõe a confluência entre imperialismo e patriarquismo numa operação simultânea que produz o mapa do corpo e o corpo do mapa, na medida em que o anseio por delimitação e exploração da colônia se afina com o anseio por delimitação e exploração do corpo feminino (Sousa, 2023, p. 41).

Com efeito, depreende-se desse mecanismo que a racionalidade geográfica ocidental não apenas documenta a posse da terra, mas estabelece uma simbiose violenta de controle sobre a anatomia das mulheres. Ao produzir “o mapa do corpo e o corpo do mapa”, o discurso androcêntrico legitima a vigilância sobre as fronteiras territoriais e biológicas, reduzindo ambas à condição de objetos passivos de escrutínio e invasão. Essa tecnologia de controle espacial-discursivo esvazia a materialidade histórica do sujeito feminino, aprisionando-o na bidimensionalidade da representação gráfica imperial. Desse modo, as marcas impressas no mapa da colônia e as imposições infligidas ao corpo da mulher passam a responder a uma mesma matriz de dominação que aniquila a autonomia de ambos.

A feminização dos territórios colonizados não possuía finalidade meramente estética; constituía um procedimento ideológico que transformava a conquista em um ato aparentemente legítimo, uma vez que a colônia passava a ser representada como um corpo

naturalmente destinado à posse, ao controle e à tutela do conquistador. Essa lógica manifesta-se de maneira particularmente evidente na erotização dos territórios coloniais. Ao analisar a iconografia e os relatos de viagem produzidos entre os séculos XVI e XIX, Sousa (2023) demonstra que a América era frequentemente figurada como uma mulher jovem, nua e disponível ao olhar europeu. Tal representação permitia converter a violência da ocupação em narrativa de sedução. Nas palavras do pesquisador, “[...] equacionava espaço geográfico e corpo feminino, de sorte que, em operação projetiva, espaços cobiçados pelos impérios eram codificados como corpos desejosos de serem possuídos.” (Sousa, 2023, p. 34-35). Dessa forma, a expropriação política e econômica era recoberta por imagens de desejo, proteção e fecundação civilizatória.

O mesmo mecanismo alcança as relações institucionais entre metrópole e colônia. Sousa (2023), evidencia que o discurso imperial apropriou-se da metáfora matrimonial para naturalizar a dependência política dos territórios colonizados, convertendo relações de dominação em vínculos aparentemente afetivos e fazendo da obediência uma virtude. A união colonial passou, assim, a ser representada como um casamento em que a metrópole ocupava a posição masculina de autoridade, enquanto à colônia cabia o lugar da esposa obediente, privada de autonomia política e submetida à tutela do “marido” imperial. Conforme argumenta o autor, ao generizar os vínculos entre metrópole e colônia, o discurso colonial esvaziava a soberania do território anexado, de modo que toda reivindicação por autonomia ou independência deixava de ser compreendida como um direito político para ser representada como deslealdade, capricho ou inconstância da “esposa” colonial. Sob a aparência da complementaridade entre os sexos e da harmonia

conjugal, consolidava-se, na realidade, uma relação de dominação que legitimava o controle sobre os corpos, os territórios e os destinos da colônia.

Essa lógica ultrapassa as relações entre império e colônia e projeta-se sobre outras formas de organização do poder, alcançando também o espaço doméstico. Em *Foram as dores que o mataram*, Dina Salústio (1994) reinscreve essa herança histórica ao representar uma violência que já não se manifesta na conquista de territórios, mas na submissão cotidiana do corpo feminino. Se, no imaginário colonial, a mulher figurava como metáfora da terra a ser conquistada, na narrativa cabo-verdiana ela recupera sua materialidade histórica: deixa de representar um território de posse para tornar-se o lugar onde a violência é vivida, inscrita e significada.

Esse deslocamento constitui um dos movimentos centrais da narrativa. O corpo deixa de existir como alegoria produzida pelo olhar colonial para afirmar-se como experiência concreta da dor. As marcas da agressão, a exaustão física e o sofrimento acumulado não desempenham função meramente descritiva; convertem-se em elementos estruturantes da narrativa e deslocam o eixo da representação da violência da esfera da abstração para a da experiência. É a partir dessa transformação que se torna possível investigar como Dina Salústio (1994) atribui à corporeidade novas formas de significação, aspecto que será desenvolvido na análise do conto.

Se as imagens coloniais investigadas por Sousa (2023) demonstram como a corporeidade feminina foi fundamental para a edificação e manutenção do poder simbólico imperial, a escrita de Dina Salústio (1994) rompe radicalmente com essa tradição secular. Ao destituir o

corpo de sua função puramente alegórica e reinseri-lo na dimensão crua da violência real, a autora cabo-verdiana opera uma virada estética decisiva. É exatamente nessa transição, onde o corpo deixa de ser um território a ser conquistado e passa a ser um espaço autônomo de memória, sofrimento e resistência, que se revela a singularidade da narrativa de Dina Salústio (1994).

3. O SILÊNCIO COMO ESTRATÉGIA NARRATIVA

A violência que atravessa *Foram as dores que o mataram* (1994) raramente se apresenta de forma direta. Ela infiltra-se na memória da narradora, fragmenta sua fala e organiza uma narrativa em que o cotidiano doméstico convive com a experiência contínua da agressão. A casa, o cuidado com o marido e a rotina conjugal não constituem apenas o cenário da ação; funcionam como dispositivos narrativos que ocultam, sob a aparência da normalidade, uma história de violência persistente. Ao conceber a *Ginocrítica* a partir de um modelo cultural da escrita de autoria feminina, Elaine Showalter (1994) desloca o interesse da crítica da representação da mulher para os modos como as mulheres produzem literatura. Nesse movimento, propõe que a ficção escrita por mulheres seja compreendida como um “discurso de duas vozes”, no qual convivem uma narrativa socialmente legitimada e outra historicamente silenciada:

Como um modelo cultural da escrita das mulheres pode ajudar-nos a ler um texto escrito por uma mulher? Uma implicação deste modelo é que a ficção das mulheres pode ser lida como um discurso de duas vozes, contendo uma estória “dominante” e uma “silenciada”, o que Gilbert e Gubar chamam de “palimpsesto” (Showalter, 1994, p. 53).

A reflexão de Showalter (1994) permite compreender com mais precisão o funcionamento de *Foram as dores que o mataram*. A narrativa de Dina Salústio (1994) não apresenta apenas dois planos narrativos; ela coloca em convivência, no interior da consciência da protagonista, formas distintas de interpretar a própria experiência. Assim, permanece o discurso aprendido ao longo da vida, sustentado pelos valores do casamento, da religiosidade e da abnegação feminina. É nesse horizonte que se inscreve o refrão insistente: “Eu amava-o. Porquê matá-lo?” (Salústio, 1994, p. 18). A pergunta ultrapassa a expressão de um conflito afetivo. Ela revela a tentativa de compreender a violência por meio de categorias que a própria violência já tornou insuficientes. A protagonista continua recorrendo ao vocabulário do amor e do dever conjugal mesmo quando essas referências já não conseguem explicar aquilo que seu corpo e sua experiência passaram a denunciar.

Entretanto, essa voz não permanece íntegra. À medida que a narrativa avança, ela é atravessada por outra camada discursiva, constituída pelas lembranças do espancamento, pelas imagens do corpo lesionado e pela percepção de que a violência não representa um episódio isolado, mas uma condição permanente da existência.

O cotidiano doméstico deixa, assim, de funcionar como espaço de proteção para revelar-se como o lugar onde o trauma se reproduz silenciosamente. Sob a aparente normalidade da esposa que recorda ficar **“meio escondida, vendo-o partir para o trabalho com a roupa que lavara e engomara”** (Salústio, 1994, p. 17), inscreve-se outra narrativa, feita de medo, dor e exaustão física. É precisamente essa sobreposição de camadas que configura o “palimpsesto” descrito por Showalter (1994).

Ao discutir a cultura e a experiência das mulheres, Showalter (1994) propõe o conceito de **“zona selvagem” (wild zone)** para designar uma dimensão da experiência feminina que permanece apenas parcialmente acessível aos códigos do grupo dominante. Nas palavras da autora,

Podemos pensar na “zona selvagem” da cultura das mulheres espacial, experimental ou metafisicamente. Espacialmente ela significa uma área só de mulheres, um lugar proibido para os homens [...]. Experimentalmente, significa os aspectos do estilo de vida feminino que estão do lado de fora e diferenciam-se daqueles dos homens [...]. Mas, se pensamos na zona selvagem metafisicamente, ou em termos de consciência, não há espaço masculino correspondente, já que tudo na consciência masculina está dentro do círculo da estrutura dominante e, desta forma, acessível à linguagem ou estruturada por ela. Neste sentido, o “selvagem” é semiótico. [...] (Showalter, 1994, p. 48).

A *zona selvagem* não se materializa, na narrativa de Dina Salústio (1994), como um espaço apartado da realidade social, torna-se perceptível quando a linguagem moldada pela ordem patriarcal revela seus limites para significar plenamente a experiência da protagonista. A recorrência da pergunta “Eu amava-o. Porquê matá-lo?” evidencia essa ruptura. A personagem continua recorrendo ao vocabulário do amor, do casamento e da culpa, mas nenhuma dessas categorias consegue conferir inteligibilidade ao trauma. A repetição deixa de exercer apenas uma função estilística para tornar-se o sintoma de uma experiência que resiste à organização racional e aos códigos morais que sustentam a violência.

É precisamente nesse limite da linguagem que a zona selvagem se torna perceptível. Não porque a protagonista abandone completamente o discurso dominante, mas porque ele já não consegue significar plenamente a complexidade de sua experiência. O silêncio, as interrupções do pensamento e a recorrência de imagens corporais indicam a existência de uma dimensão do vivido que excede as formas tradicionais de representação. Se, para Showalter (1994), a zona selvagem corresponde à parcela da experiência feminina apenas parcialmente acessível aos códigos da cultura dominante, o conto de Dina Salústio radicaliza esse impasse ao fazer da corporeidade o principal suporte de inscrição daquilo que a linguagem não consegue representar integralmente. Não se trata de substituir a palavra pelo corpo, mas de atribuir à corporeidade uma função semiótica decisiva na construção do testemunho, preparando o movimento que culminará na constituição do corpo como instância de memória, resistência e testemunho.

A repetição participa da mesma lógica. O refrão que percorre a narrativa não busca convencer o leitor da inocência da protagonista nem resolver uma contradição psicológica. Sua função é tornar perceptível o aprisionamento da consciência em uma experiência que retorna incessantemente sobre si mesma. A linguagem, incapaz de elaborar o trauma, passa a repeti-lo. O conto faz com que o leitor experimente esse movimento circular, reproduzindo formalmente a impossibilidade de romper com a violência apenas pela palavra.

Entretanto, a maior inflexão da narrativa ocorre quando a própria voz da protagonista deixa de ocupar o centro da enunciação. É significativo que, no desfecho do conto, a agência narrativa já não recaia exclusivamente sobre o sujeito que fala. A personagem afirma: “Foram as dores do meu corpo que o condenaram. Foram o sangue pisado, o ventre moído, as feridas em pus” (Salústio, 1994, p. 18). O sujeito da ação desloca-se da consciência para a materialidade do corpo. Não é apenas a mulher que denuncia a violência; são as marcas inscritas em sua corporeidade que assumem essa função.

Nesse ponto, a leitura ginocrítica alcança um de seus limites interpretativos. Showalter (1994) permite compreender a coexistência de diferentes camadas discursivas e a maneira como a escrita feminina produz formas narrativas específicas. Contudo, o conto de Dina Salústio (1994) realiza um movimento adicional: a ruptura do silêncio não se efetiva pela conquista da palavra, mas pela transferência da enunciação para o corpo. É precisamente para interpretar esse deslocamento que se propõe, neste artigo, a categoria *corpo-testemunho*. Entendida como uma categoria analítica construída a partir da leitura do conto, ela designa a condição em que o corpo deixa de constituir apenas o suporte da violência para converter-se em instância de memória, testemunho e

resistência. Quando a linguagem já não consegue conter a experiência traumática, é a própria corporeidade que assume a função de narrar aquilo que permaneceu historicamente interdito.

4. A ESCRITA DO CORPO: GINOCRÍTICA E A RUPTURA DA LINGUAGEM DOMINANTE

A crise da linguagem observada no conto de Dina Salústio (1994) não pode ser compreendida apenas como efeito psicológico da violência doméstica nem reduzida a um procedimento estético de fragmentação narrativa. A dificuldade da protagonista em nomear plenamente sua experiência resulta de um processo histórico mais amplo, no qual determinadas vozes são continuamente privadas de legitimidade social. Antes de constituir um problema da linguagem individual, o silêncio da personagem revela os limites impostos às formas de enunciação disponíveis às mulheres situadas em contextos marcados pela colonialidade e pelo patriarcado.

É nesse horizonte que a noção de violência epistêmica formulada por Gayatri Chakravorty Spivak (2010) se torna particularmente produtiva para a leitura do conto. Ao discutir a condição da mulher subalterna, a autora afirma de maneira contundente: “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridade global” (Spivak, 2010, p. 126). A inapelabilidade dessa afirmação não significa que a mulher seja literalmente incapaz de enunciar sua experiência. O que Spivak (2010) evidencia é que as estruturas de poder responsáveis pela produção do conhecimento também determinam quais vozes serão reconhecidas como legítimas e quais permanecerão relegadas ao silêncio. A questão, portanto, desloca-se da possibilidade física da

fala para as condições históricas e políticas que regulam sua inteligibilidade.

Em *Foram as dores que o mataram*, essa dinâmica manifesta-se quando a protagonista não permanece em silêncio porque lhe falem palavras, mas porque o universo simbólico que organiza sua existência, o casamento, a autoridade masculina e a naturalização da violência, não lhe oferece um espaço efetivo de reconhecimento. Em nenhum momento a narrativa apresenta uma instância capaz de acolher sua experiência como denúncia legítima. Sua fala circula apenas no interior do próprio sofrimento, retornando continuamente à pergunta: “Eu amava-o. Porquê matá-lo?”, A repetição desse enunciado revela menos uma incapacidade de compreender o ocorrido do que o esgotamento das linguagens disponíveis para nomear uma violência que se tornou característica de sua própria existência.

É justamente quando esse circuito de reconhecimento se rompe que a narrativa desloca o eixo da enunciação. A experiência da violência deixa de buscar legitimidade na palavra e passa a inscrever-se na materialidade do corpo. A linguagem verbal aproxima-se de seu limite; em seu lugar, as marcas corporais assumem a função de testemunhar aquilo que já não encontra acolhida nas estruturas institucionais da fala.

É nesse ponto que a reflexão sobre o testemunho, desenvolvida por Márcio Seligmann-Silva (2003), amplia a compreensão da estratégia narrativa construída por Dina Salústio (1994). Ao investigar o estatuto dessa modalidade discursiva na apresentação de *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes* (2003), o autor

evidencia a tensão insolúvel que caracteriza a escrita atravessada pelo trauma:

O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o "real") com o verbal. (Seligmann-Silva, 2003, p. 46, grifo do autor).

A reflexão de Seligmann-Silva (2003) sobre o testemunho oferece um caminho profícuo para compreender a forma como o trauma se organiza na narrativa de Dina Salústio (1994). Se o testemunho nasce da impossibilidade de traduzir integralmente a experiência traumática em linguagem, o conto transforma essa fratura em princípio de construção estética. À medida que a palavra se mostra insuficiente para dar conta da violência vivida, a narrativa desloca progressivamente a enunciação para a corporeidade. Esse movimento não ocorre de maneira abrupta; constrói-se lentamente por meio de uma gradação narrativa que acompanha o desgaste da linguagem e faz do corpo o lugar onde a experiência traumática permanece inscrita.

O primeiro sinal de que a linguagem já não consegue organizar a experiência traumática surge na dissolução da temporalidade cronológica. Quando a narradora afirma que “foram as pancadas de ontem, as de hoje e, sobretudo, as pancadas de amanhã que o mataram” (Salústio, 1994, p. 17-18), o tempo gramatical perde sua

função ordenadora. O trauma acumulado liquefaz a separação entre memória e expectativa: o sofrimento futuro já está somatizado no presente, e a agressividade do agressor deixa de ser um evento eventual para se tornar uma condição permanente da existência da subalterna. A linguagem falha em narrar uma sucessão linear de fatos porque a dor aprisionou a consciência em um eterno retorno.

Essa asfixia verbal atinge o seu limite físico e representacional no momento em que a própria voz da protagonista se extingue na mudez: “[...] depois ficou tudo escuro.” A escuridão e o subsequente silêncio mimetizam o colapso do regime discursivo dominante. Incapaz de ser ouvida pelas instâncias oficiais e esgotada pelo refrão estéril do amor romântico, a palavra articulada falece. Contudo, na economia política do conto de Salústio (1994), o silêncio não redundava em passividade absoluta. É na falha total da fala que a zona selvagem metafísica da consciência cede lugar a um novo regime de enunciação operado pela carne.

A grande inflexão da narrativa consuma-se quando a personagem afirma: “Foram as dores do meu corpo que o condenaram” (Salústio, 1994, p. 18). A partir desse momento, a palavra cede lugar ao corpo. As marcas da violência deixam de figurar apenas como consequências da agressão para constituírem a própria instância do testemunho. O “sangue”, o “ventre moído” e as “feridas em pus” transformam-se em vestígios materiais de uma memória que nenhuma instituição acolheu e que nenhuma linguagem conseguiu traduzir plenamente. É nesse deslocamento que se consolida aquilo que este estudo denomina *corpo-testemunho*: uma corporeidade que preserva a memória do trauma e faz da própria existência ferida um ato de denúncia e resistência.

Dina Salústio (1994) estende essa configuração do trauma ao detalhar os índices físicos que compõem o documento desse testemunho: o “sangue pisado”, o “ventre moído”, as “feridas em pus” (Salústio, 1994, p. 17). Cada uma dessas expressões de crueza visceral funciona como uma inscrição gráfica da violência que a linguagem oficial tentava ocultar sob o palimpsesto do casamento zeloso unilateral. O “sangue pisado” e o “ventre moído” são a materialização do estupro conjugal e do esmagamento subjetivo; as “feridas em pus” corporificam a negligência e a degradação crônica da integridade da mulher.

Essas marcas não são meros sintomas clínicos ou objetos passivos de representação; elas se convertem em linguagem viva e ativa. O *corpo-testemunho*, portanto, constitui-se como a categoria analítica fundamental onde a corporeidade deixa de ser apenas o suporte da agressão para assumir a função de narrar o historicamente interditado. Através do cruzamento entre a subalternidade de Spivak (2010) e a filosofia do trauma de Seligmann-Silva (2003), compreende-se que o conto de Dina Salústio (1994) opera um revide político definitivo: onde a palavra da mulher do Sul Global é despida de inteligibilidade pela violência epistêmica, são os rastros indeléveis de suas dores corporais que se erguem como testemunho incontestável de sua insubmissão.

Essa perspectiva de localização geopolítica e recusa às homogeneizações teóricas encontra ressonância nas discussões apresentadas por Deepika Bahri (2013) ao retomar as críticas formuladas por Chandra Talpade Mohanty ao universalismo de parte do feminismo ocidental. Ao discutir a categoria “mulher do Terceiro Mundo”, Bahri (2013) lembra que o problema não consiste na localização geográfica das mulheres, mas na produção discursiva de

uma identidade homogênea que apaga suas diferenças históricas. Ao colonizar discursivamente as heterogeneidades das trajetórias das mulheres do Sul Global, esse reducionismo opera um apagamento das especificidades materiais e locais de opressão. Nessa esteira,

Mohanty acusa as feministas ocidentais de "homogeneizar e sistematizar" as mulheres do Terceiro Mundo, criando um retrato composto e singular. O problema não está no uso da terminologia fundamentada no critério geográfico, mas no colapso da diferença na base dessa terminologia. [...] Contudo, "é quando as 'mulheres da África' se tornam uma categoria sociológica homogênea, caracterizada por dependências ou impotências em comum (ou mesmo forças), que os problemas surgem - dizemos muito pouco e demais ao mesmo tempo" (Bahri, 2013, p. 674).

Essa observação impede que a protagonista de *Foram as dores que o mataram* seja tomada como representação universal da mulher africana ou da mulher pós-colonial. A narrativa de Dina Salústio (1994) constrói uma experiência situada, atravessada pela pobreza, pela insularidade, pelas relações familiares e pela persistência de formas locais de dominação masculina. A violência sofrida pela personagem não deriva de uma condição abstrata de mulher do "Terceiro Mundo", mas de uma configuração histórica específica, cuja singularidade constitui justamente aquilo que a leitura literária procura preservar.

A singularidade dessa experiência também se manifesta na ausência de qualquer horizonte institucional capaz de acolher a violência sofrida pela protagonista. Em nenhum momento a narrativa sugere a possibilidade de recorrer à justiça, à polícia ou a outra instância pública de proteção. O sofrimento permanece integralmente circunscrito ao espaço doméstico, convertendo a casa em um território de clausura física e simbólica, isto é, um cativeiro físico e subjetivo. Essa ausência de interlocução repercute diretamente na organização do discurso da narradora. A pergunta reiterada, “Eu amava-o. Porquê matá-lo?”, deixa de funcionar como uma busca efetiva por respostas e passa a reproduzir o círculo de violência em que a personagem permanece aprisionada. A linguagem gira sobre si mesma porque os referenciais morais que sustentavam sua existência, o casamento, o amor conjugal, a dedicação à família, foram progressivamente esvaziados pela experiência contínua da agressão.

É precisamente nesse ponto que a reflexão de Márcio Seligmann-Silva (2003) sobre o testemunho amplia o horizonte de interpretação de *Foram as dores que o mataram*. Ao discutir as narrativas produzidas diante de experiências traumáticas, o autor demonstra que o testemunho emerge quando o acontecimento vivido excede as possibilidades da linguagem e desafia as formas convencionais de representação. Diante de experiências-limite, narrar deixa de significar a reprodução fiel dos fatos para tornar-se o esforço de aproximar-se daquilo que resiste à própria linguagem:

O conceito de testemunho desloca o “real” para uma área de sombra: testemunha-se, via de regra, algo de excepcional e que exige um relato. Esse relato não é só jornalístico, reportagem, mas é marcado também pelo elemento singular do “real”. [...] O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o “real”) com o verbal. (Seligmann-Silva, 2003, p. 46-47).

A formulação de Seligmann-Silva (2003) ilumina o funcionamento da narrativa de Dina Salústio (1994). No conto, a violência não constitui apenas o tema da história, mas interfere na própria forma de narrar. A experiência traumática ultrapassa os limites da linguagem disponível à protagonista, fazendo com que sua fala se torne fragmentada, reiterativa e atravessada por silêncios. A narrativa não procura reparar essa fratura nem restaurar a linearidade do relato; ao contrário, incorpora-a como princípio de sua construção estética, conduzindo o leitor ao limite em que a palavra já não consegue sustentar, sozinha, o testemunho.

No conto de Dina Salústio (1994), entretanto, o testemunho não se realiza prioritariamente pela palavra. À medida que a narrativa avança, a linguagem aproxima-se de seu próprio limite, interrompida por silêncios, deslocamentos temporais e pela impossibilidade de organizar linearmente a experiência traumática.

Quando a narradora afirma que, após o ato extremo, “[...] depois ficou tudo escuro” (Salústio, 1994, p. 18), o relato alcança um ponto de ruptura em que a linguagem já não consegue dar conta da experiência vivida. A obscuridade que encerra a cena não apenas interrompe a narração, mas evidencia o esgotamento da palavra diante do trauma. Como observa Seligmann-Silva (2003), o testemunho constitui-se justamente nesse intervalo entre a necessidade de narrar e a impossibilidade de dizer integralmente o acontecimento traumático. É nesse limiar que o conto transfere a enunciação para outra instância de significação. As imagens que encerram a narrativa tornam esse movimento particularmente evidente: “Foram as dores do meu corpo que o condenaram. Foram o sangue pisado, o ventre moído, as feridas em pus [...]” (Salústio, 1994, p. 18).

Nesse momento, a corporeidade deixa de figurar apenas como objeto da violência para assumir a função de instância de testemunho. A escolha das imagens corporais evidencia esse deslocamento narrativo. O “sangue pisado” ultrapassa a descrição do ferimento físico e inscreve, na própria matéria do corpo, uma experiência contínua de esmagamento e degradação. O “ventre moído”, por sua vez, concentra a violência dirigida a uma região historicamente associada à feminilidade, à sexualidade e à maternidade, indicando que a agressão atinge não apenas o corpo biológico, mas as condições simbólicas da própria existência da personagem. Já as “feridas em pus” introduzem uma dimensão temporal decisiva. Diferentemente do golpe, que pertence ao instante da agressão, o pus denuncia a permanência da violência, sua lenta deterioração e o acúmulo de dores que o corpo puruleto foi obrigado a suportar. A narrativa não registra apenas o momento da agressão, mas a duração do trauma. As marcas corporais deixam,

assim, de funcionar como simples consequências do espancamento para converter-se em vestígios materiais de uma memória que resiste ao apagamento. Se, conforme observa Seligmann-Silva (2003), o testemunho nasce da impossibilidade de recobrir plenamente o vivido pela linguagem, no conto de Dina Salústio (1994) é o próprio corpo que passa a sustentar aquilo que a palavra já não consegue dizer.

O percurso analítico desenvolvido até aqui permite compreender que, em *Foram as dores que o mataram*, o corpo ultrapassa a condição de objeto da violência para assumir a função de instância enunciativa do trauma. É justamente para designar esse deslocamento que se propõe, neste artigo, a categoria *corpo-testemunho*. Com essa expressão, entende-se a condição em que a corporeidade assume funções de memória, denúncia e resistência quando os circuitos institucionais da fala e do reconhecimento foram historicamente interditados. Diferentemente do corpo alegórico examinado na primeira parte deste estudo, apropriado pelo discurso colonial como superfície simbólica da conquista, o corpo construído por Dina Salústio (1994) recupera sua densidade histórica. Ele já não representa a violência de forma metafórica; conserva-a, testemunha-a e a devolve ao leitor como experiência que resiste ao apagamento promovido pelas instituições, pelo patriarcado e pela própria insuficiência da linguagem.

Ao mesmo tempo, é precisamente essa singularidade marginalizada que impede a personagem de encontrar um canal institucional apto a acolher sua experiência de sofrimento. Em nenhum momento o tecido do conto sugere a possibilidade de a protagonista recorrer à engrenagem jurídica, às forças policiais ou a qualquer instância pública de acolhimento e proteção. A violência, portanto, continua

restrita e sufocada no âmbito doméstico, enquanto a linguagem verbal da personagem permanece presa ao mesmo impasse circular e aporético: “Eu amava-o. Porquê matá-lo?”. A reiteração dessa pergunta evidencia que os códigos morais dominantes disponíveis na comunidade, o matrimônio sagrado, a obediência civil, a abnegação e o amor conjugal, já não conseguem produzir sentido ou conferir inteligibilidade para a brutalidade da experiência vivida.

É justamente no cerne desse impasse representacional que o conto se aproxima, em definitivo, da reflexão desenvolvida por Márcio Seligmann-Silva (2003) sobre o estatuto do testemunho nas fraturas da história. Ao discutir as narrativas impulsionadas diante das experiências traumáticas e das catástrofes subjetivas, o autor observa que o testemunho se aloja precisamente nos limites da representação, manifestando-se quando a violência excede as formas habituais e normativas da linguagem articulada.

É nesse movimento de fratura e insurgência que se consolida a categoria analítica proposta neste trabalho. Denomina-se *corpo-testemunho* a condição em que a corporeidade assume funções de memória, denúncia e resistência quando os circuitos institucionais da fala são historicamente interditados ao sujeito subalternizado. Diferentemente da alegoria colonial discutida na primeira parte deste estudo, em que o corpo feminino era apropriado de fora para dentro como superfície simbólica da conquista e da expansão imperial, o corpo construído pela escrita de Dina Salústio (1994) recupera sua espessura histórica e sua materialidade. Já não se oferece como metáfora do território conquistado, mas como arquivo das violências sofridas e instância legítima de enunciação.

Nesse sentido, o corpo não apenas representa a violência; ele a conserva e testemunha, devolvendo-a ao leitor como experiência ética que resiste ao apagamento. Se o discurso colonial transformou a mulher em alegoria da conquista e a ordem patriarcal procurou confiná-la ao silêncio, a escrita de Dina Salústio (1994) opera o movimento inverso: restitui ao corpo sua historicidade e faz dele o lugar em que a memória da violência finalmente encontra uma forma de testemunhar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender que *Foram as dores que o mataram*, de Dina Salústio (1994), constrói uma representação da violência que desloca o centro da narrativa da ação para a experiência. Mais do que narrar a história de uma mulher submetida à violência doméstica, o conto investiga os limites da linguagem diante do trauma e evidencia que determinadas experiências escapam às formas tradicionais de enunciação. Nesse contexto, o corpo deixa de ocupar uma posição secundária na narrativa para assumir a condição de espaço em que a violência permanece inscrita e a partir do qual ela pode ser testemunhada.

Esse deslocamento torna-se mais evidente quando observado em perspectiva histórica. Se o imaginário colonial apropriou-se da corporeidade feminina para convertê-la em alegoria dos territórios conquistados e em instrumento de legitimação do poder imperial, a escrita de Dina Salústio (1994) realiza um movimento inverso. O corpo feminino deixa de servir como metáfora da nação, da terra ou da conquista para recuperar sua espessura histórica. Já não representa abstratamente uma coletividade; passa a revelar a

experiência concreta de uma mulher cuja existência é atravessada pela violência cotidiana. Ao abandonar a lógica alegórica, a narrativa restitui ao corpo sua condição de sujeito da história.

A Ginocrítica de Elaine Showalter (1994) mostrou-se particularmente produtiva para compreender como essa transformação também se manifesta na organização interna do conto. A convivência entre o discurso socialmente aprendido e a experiência que permanece silenciada faz com que a narrativa seja construída sobre uma permanente tensão entre aquilo que pode ser dito e aquilo que resiste à linguagem disponível. A repetição da pergunta “Eu amava-o. Porquê matá-lo?” deixa de constituir apenas um recurso expressivo e passa a evidenciar o esgotamento dos códigos morais, religiosos e afetivos que sustentavam a ordem patriarcal. A linguagem continua existindo, mas já não consegue explicar a experiência vivida.

As contribuições do feminismo pós-colonial, especialmente a partir das formulações de Gayatri Chakravorty Spivak (2010) sobre a subalternidade, permitiram ampliar essa leitura ao evidenciar que tal esgotamento não decorre de uma incapacidade individual da protagonista, mas das condições históricas que regulam quem pode falar e quem pode ser reconhecido como sujeito de sua própria experiência. O silêncio que atravessa a narrativa não corresponde à ausência de voz; ele revela a violência produzida por estruturas que impedem determinadas experiências de alcançarem legitimidade. Ao mesmo tempo, as reflexões de Chandra Talpade Mohanty, retomadas por Deepika Bahri (2013), impediram que essa personagem fosse tomada como representação universal da mulher africana ou da mulher do chamado Terceiro Mundo, preservando a

singularidade histórica e cultural da experiência construída por Dina Salústio (1994).

É justamente nesse limite que a teoria do testemunho de Márcio Seligmann-Silva (2003) oferece uma contribuição decisiva. Quando a violência excede as possibilidades da linguagem, o testemunho não desaparece; ele procura outras formas de inscrição. No conto, essa passagem manifesta-se quando a palavra já não consegue sustentar sozinha a memória do trauma e a narrativa transfere essa função para a corporeidade. O “sangue pisado, o ventre moído, as feridas em pus” deixam de ser apenas marcas físicas da agressão para constituírem vestígios materiais de uma experiência que resiste ao apagamento. O corpo deixa de ser apenas o lugar onde a violência acontece para tornar-se também o lugar de onde ela passa a falar.

É nesse movimento que se consolida a categoria analítica *corpo-testemunho*, proposta neste estudo. Longe de pretender uma definição universal ou definitiva, essa categoria procura nomear um procedimento estético observado na escrita de Dina Salústio (1994): a transformação da corporeidade em instância de memória, denúncia e resistência quando os circuitos convencionais da fala se mostram insuficientes para acolher a experiência traumática. O corpo-testemunho nasce, portanto, da convergência entre a crítica literária feminista, o feminismo pós-colonial e os estudos do testemunho, buscando oferecer uma possibilidade de leitura para narrativas em que a violência permanece inscrita menos na palavra do que na matéria da própria existência.

Ao final desse percurso, é possível afirmar que uma das principais contribuições de Dina Salústio (1994) para a literatura cabo-verdiana contemporânea reside na forma como desloca a o eixo da

representação do testemunho da palavra para a materialidade do corpo. Em *Foram as dores que o mataram*, a violência não consegue extinguir a chance do testemunho; ela apenas transforma o modo de materialização dele. O que o patriarcado tentou silenciar ressurge marcado na carne, transformando o corpo não apenas no lugar onde a violência se inscreve, mas também no suporte a partir do qual ela se torna legível. Enquanto a tradição colonial transformou o corpo feminino em campo de conquista e a ordem patriarcal buscou torná-lo um espaço de silêncio, Dina Salústio (1994) restitui ao corpo feminino sua potência de significação, convertendo-o em espaço de memória, resistência e testemunho. A palavra pode hesitar frente ao trauma, porém o corpo persiste. E, ao permanecer, testemunha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 659-688, maio/ago. 2013.

GALASSI, Katria Gabrieli Fagundes; GOMES, Simone Caputo. A literatura cabo-verdiana: um percurso traçado pela pesquisadora Simone Caputo Gomes. **Mulemba**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 115-122, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/article/view/66680/44114>. Acesso em: 29 jun. 2026.

GOMES, Simone Caputo. O conto de Dina Salústio: um marco na literatura cabo-verdiana. **Idioma**, Rio de Janeiro, n. 25, 2º sem., p. 52-70, 2013. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002653749>. Acesso em: 29 jun. 2026.

SALÚSTIO, Dina. Foram as dores que o mataram. In: SALÚSTIO, Dina. **Mornas eram as noites**. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco, 1994. p. 17-18.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-54.

SOUSA, Raimundo Expedito dos Santos. **Danação da nação: legados coloniais e projetos nacionais (Portugal & Brasil / Inglaterra & Irlanda)**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Branca Ribeiro de Oliveira e Fezazi Baddini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

¹ Licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Rondônia (2017). Possui especialização em Docência do Ensino Superior pela Escola Superior de Gestão Pública (2020), MBA em Gestão de Instituições Públicas (2020) e especialização em Gestão da Educação a Distância (2023), ambos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Também é graduada em Gestão Pública pelo IFRO (2023). Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia (2023). Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso, no

Campus Universitário de Cuiabá. Atua como professora substituta de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Jaru. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutor em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2026). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Licenciada em Dança pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atua como arte-educadora e artista-pesquisadora. É diretora do Coletivo Gaia, grupo independente de pesquisa em dança e performance, fundado em 2018. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)